

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade em Diferentes Setores

**SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: CONCEITOS E
APLICABILIDADE**

**SUSTAINABILITY IN PUBLIC ORGANIZATIONS: CONCEPTS AND
APPLICABILITY**

Deise Scheffer, Flaviani Souto Bolzan Medeiros, Andrea Karla Breunig de Freitas, Luis Felipe Dias
Lopes e Andreas Dittmar Weise

RESUMO

O termo sustentabilidade tem sido alvo de estudos de diversas áreas de pesquisas, onde a importância deste tema é fundamental para o meio ambiente, bem como para a população de modo geral. Assim sendo, este estudo tem como objetivo apresentar os conceitos e aplicabilidade da sustentabilidade nas organizações públicas, utilizando uma abordagem de caráter exploratório, de cunho descritivo e bibliográfico, buscando em diferentes autores as suas contribuições para este conceito, priorizando sua necessidade para a sociedade atual assim como para as futuras gerações. Por fim, é visto que com a aplicabilidade da Agenda 21 pelos órgãos públicos juntamente com a sociedade, isso ameniza os impactos ambientais, evita desperdícios e concilia a proteção ambiental e justiça social, melhorando assim, continuamente a sociedade em que se vive.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Gestão pública, Agenda 21.

ABSTRACT

The term sustainability has been investigated in several research areas, where the importance of this issue is critical to the environment, as well as for the population in general. Therefore, this study aims to present the concepts and applicability of sustainability in public organizations, using an exploratory approach, a descriptive and bibliographic searching in different authors for their contributions to this concept, emphasizing their need for today's society well as for future generations. Finally, it is seen that with the applicability of Agenda 21 by public agencies along with society, that softens the environmental impacts, avoids waste and reconcile environmental protection and social justice, thus improving continuously the society in which one lives.

Keywords: Sustainability, Public management, Agenda 21.

1 INTRODUÇÃO

Sgarbi et al. (2008) afirmam que as pesquisas sobre a sustentabilidade têm apresentado um crescente interesse no âmbito acadêmico, elencando não só o interesse dos estudiosos da área socioambiental, mas incluindo também os pesquisadores de temas como estratégia, gestão, competitividade entre outros.

Silva (2009) complementa que foi durante a década de 1980 que surgiu o interesse por sustentabilidade, a partir da conscientização dos países em encontrar formas de promover o crescimento sem devastar o meio ambiente, nem sacrificar o bem-estar das futuras gerações. A partir de então, o termo se transformou em cenário para causas sociais e ambientais, especialmente nos negócios, onde predomina a ideia de que de geração de lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que resguarda o meio ambiente e melhora a qualidade de vida das pessoas com que mantém interações.

Atualmente, tem-se notado um crescimento relativamente considerável quando se fala em sustentabilidade empresarial, por trás de todo esse estudo verifica-se que além da preocupação ambiental também há o marketing social. Analisando por este lado, surgiu interesse em saber como funciona a sustentabilidade em organizações públicas e como é ou como podemos aplicar os conceitos de sustentabilidade nelas.

Este estudo justifica-se considerando que ultimamente a responsabilidade socioambiental ter se transformado num referencial de excelência para as empresas, pois estas assim como organizações sociais com fins de lucro ou não, possuem uma responsabilidade para com a natureza como também com o indivíduo e para a sociedade como um todo. Assim, este trabalho pretende auxiliar identificando as inúmeras maneiras que as organizações podem contribuir para o benefício da sociedade e com o meio ambiente.

2 OBJETIVO

O principal objetivo deste trabalho é abordar os principais conceitos de diferentes autores sobre sustentabilidade em organizações públicas. Mostrando, deste modo, sua aplicabilidade perante a sociedade e, conseqüentemente, através do uso correto desses conceitos poderá reduzir os gastos e desperdícios causados muitas vezes pelo mau uso do dinheiro público.

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, remetendo as considerações de múltiplos autores a respeito da sustentabilidade e sua aplicação na gestão pública, trazendo seus conceitos e sua aplicabilidade perante a sociedade atualmente.

Quanto aos objetivos, essa pesquisa tem como caráter exploratório, do tipo descritivo. A pesquisa descritiva procura escrever as características de um objeto de estudo. Logo, este tipo de estudo não está interessado no por que, nas fontes do fenômeno, mas sim, preocupa-se

em apresentar suas características, descobrir a existência de relação entre as variáveis (GONSALVES, 2007).

A respeito da pesquisa exploratória, Gonsalves (2007) explica que essa se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, também denominada de pesquisa de base, pois fornece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema.

Com relação ao plano de coleta dos dados, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica realizada a partir do levantamento em livros, artigos e revistas buscando conceitos de diferentes autores sobre o tema abordado. Para Gil (2008, p. 44-45), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

4 REVISÃO DE LITERATURA

No final dos anos 1990 começou a expandir-se uma nova perspectiva do papel social das organizações: a responsabilidade social. No Brasil, a responsabilidade social surge com a visão baseada em filantropia (PEDRINI, 2008). A sustentabilidade governamental é extremamente importante para que os gastos públicos sejam utilizados de forma correta e eficiente sem desperdícios, trazendo assim resultados mais benéficos para a sociedade.

Para Rezende (2012), no que se trata a sustentabilidade social, as organizações públicas devem refletir em modelos gerenciais que apreciem o servidor público. Ações importantes seriam voltadas à promoção da qualidade de vida no trabalho. Iniciativas de liderança podem ser promovidas para se ter interesse de ser voluntário em campanhas importantes como ajudar comunidades carentes, doação de sangue, entre outros temas emergentes nos quais as comunidades das organizações públicas podem ter uma contribuição importante. No que se refere à sustentabilidade ambiental mostra-se fundamental importância envolvendo a conscientização dos funcionários para redução no consumo de energia, promoção de reciclagem e reuso dos recursos.

Desta forma, a sustentabilidade governamental envolve procurar mais os interesses da sociedade e do meio ambiente. Decisões erradas e sem embasamento técnico, científico e moral comumente proporcionam malefícios com uso de recursos que são preciosos e raros.

A preocupação com o meio ambiente é uma responsabilidade da sociedade e principalmente das organizações. Enquanto organização inserida em uma comunidade, tem deveres para com o bem-estar da mesma, bem como com a preservação do meio ambiente (CUZZUOL; FERREIRA; MANÉIA, 2012).

4.1 Conceitos de sustentabilidade

As alterações climáticas, a degradação ambiental e os colapsos de energia resultaram em preocupação pública sobre a necessidade de se ter harmonia entre sustentabilidade econômica e ambiental (SOLVANG; HAKAN, 2010).

Conforme Lima (2009, p. 2):

O conceito de sustentabilidade tem sido utilizado, cada vez mais, para dar suporte a processos econômicos. Constatou-se que as instituições, por vários motivos, que vão desde interesses de mercado até a sobrevivência do planeta, de forma geral e em particular da espécie humana, estão cada vez mais empregando o termo sustentabilidade na designação de suas ações.

O termo sustentabilidade tem formado debates acirrados no ambiente acadêmico, empresarial assim como no governamental, tanto no Brasil como em âmbito mundial, em vista das questões socioambientais se tornarem cobradas e mais rígidas principalmente daqueles que se utilizam dos recursos naturais e do meio social para permanecerem e se perpetuarem em mercados competitivos (LANG, 2009).

No Quadro 1 encontram-se as principais definições a respeito do que é sustentabilidade na visão de diferentes autores.

Autores	Conceitos
Barbieri (1998)	Sugere um legado permanente de uma geração à outra, para que todas possam prover suas necessidades.
Cabestré; Graziade; Polesel Filho (2008)	Ações de responsabilidade socioambiental devem considerar os pressupostos do paradigma de sustentabilidade. A responsabilidade social caracteriza-se pelas atitudes e atividades baseadas em valores éticos e morais para minimizar os impactos negativos que as organizações causam ao meio ambiente.
Manzini; Vezzoli (2005) apud Giacommet (2008)	A sustentabilidade é um objetivo que deve permear as ações das sociedades contemporâneas, diminuindo o uso insensato dos recursos renováveis e não renováveis.
Schweigert (2007)	A interpretação da sustentabilidade se vincula a efeitos sociais desejados, as funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva. Sustentabilidade também pode ser considerada nova ordem de eficiência econômica que beneficia todos os cidadãos, em vez de beneficiar poucos em detrimento de muitos.
Cabestré; Graziade; Polesel Filho (2008)	Sustentabilidade seria a relação entre os sistemas econômicos e os sistemas ecológicos na qual a vida humana continuaria indefinidamente e os efeitos das atividades humanas permaneciam dentro de limites sem destruir a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico de suporte da vida.

Quadro 1- Principais definições de Sustentabilidade

Fonte: Adaptado de BARBIERI (1998); MANZINI; VEZZOLI (2005) apud GIACOMET (2008); SCHWEIGERT (2007).

Na mesma concepção, Cabestré, Graziade e Polesel Filho (2008) salientam que o necessário é a sociedade estruturar-se em termos de sustentabilidades próprias, segundo suas tradições culturais, parâmetros próprios e composição étnica específica. Sendo assim, pode associar-se sustentabilidade à vida humana, à cultura e ao meio ambiente, enfim a tudo que está em torno do indivíduo e da sociedade contemporânea na perspectiva de sua perpetuação.

4.2 A Agenda 21 como instrumento de gestão pública

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2008), a Agenda 21 pode ser definida como “um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica”.

A Agenda 21 é um conjunto de metas reunidas num texto de natureza normativa e programática, que foi oficializado por ocasião da “Cúpula da Terra” – ECO 92 – Rio de Janeiro, e assinado em 14 de junho de 1992, cuja implementação subsidiará legislações locais, estaduais, nacionais e, oportunamente, um ordenamento jurídico internacional.

Portanto, conhecer e aplicar as normas da Agenda 21 é da responsabilidade de todos os habitantes deste planeta, uma vez que os seus objetivos sociais são pertinentes a cada cidadão porque afetam diretamente a sua vida, ao focar, por exemplo, a proteção da saúde humana, a erradicação da pobreza e a promoção de assentamentos humanos sustentáveis.

Avalia-se na presente pesquisa a utilização da Agenda 21 como uma ferramenta precisa para promover a comunicação interdisciplinar e a inclusão da sociedade civil, da iniciativa privada e do cidadão num processo participativo e estratégico de busca da sustentabilidade, perante a reformulação das políticas públicas e da necessidade da convocação de novos atores para a mudança da realidade local.

A agenda 21, conforme Ribeiro (1998) atua como um “método prático para ecologizar uma administração municipal, estadual ou nacional, em cada um de seus setores”.

Conforme Ribeiro (1998), a Agenda 21 repassa um compromisso com o meio ambiente, ao espalhar a proteção dos ecossistemas, assim como um comprometimento com as gerações futuras. Desta forma, a Agenda 21 não é exclusivamente ambiental. Ela controla a poluição e a recuperação ambiental, também possui um novo modelo produtivo, com políticas ambientais efetivas, diminuição do consumo e conseqüentemente uma nova consciência sobre a responsabilidade para com o meio ambiente natural constantemente modificado pela ação do homem. Sendo assim, o principal desafio da Agenda 21, como definição de desenvolvimento sustentável, incide em modificar em uma ideia capaz de conseguir ressonância social de maneira suficiente para levar a transformações sociais e econômicas efetivas (FREY; GARCÍAS; ROSA, 2005).

Por fim, pode-se dizer que a Agenda 21 é um método permanente e contínuo, por ser um instrumento capaz de transformação do modelo de administração tradicional para o modelo de governança democrático-participativo. E, além do mais sustentável, a ser utilizado para minimizar os problemas existentes em todas as áreas de abrangência, do urbano ao rural, em tudo o que diz respeito ao bem-estar da comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo foi possível descrever alguns conceitos de sustentabilidade, observando as distintas maneiras de interpretação de cada um dos autores estudados. Assim sendo, pode-se dizer que sustentabilidade não tem uma definição pré-estabelecida, porém dá-se para concluir que sustentabilidade são ações de responsabilidade socioambiental ou então a relação entre os sistemas econômicos e ecológicos.

Já a sua aplicabilidade está na sociedade e nos cidadãos que fazem parte dela, a Gestão Pública através da Agenda 21, é um instrumento de auxílio onde conta com a participação da população para minimizar os impactos causados ao meio-ambiente, promovendo assim, o bem-estar da comunidade.

Sendo assim, a sustentabilidade tem extrema importância na Gestão Pública, promovendo o bem-estar da comunidade e dos cidadãos que fazem parte dela, promovendo a melhoria contínua e cuidados com o meio ambiente para garantir um ambiente ecologicamente limpo e adequado para as gerações futuras.

Por fim, acredita-se que novos estudos possam vir a contribuir e agregar ainda mais ao tema. Nesse sentido, sugerem-se novas pesquisas visando entender melhor a aplicação da sustentabilidade nas organizações públicas, em particular, investigar como esse tema pode contribuir para o desenvolvimento local e melhoria não somente do nosso país, assim como mundialmente, bem como identificar a importância da aplicabilidade da sustentabilidade nas comunidades.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CABESTRÉ, S. A.; GRAZIADE, T. M.; POLESEL FILHO, P. Comunicação estratégica, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental – um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., Natal, 2008. **Anais...** INTERCOM: Natal, 2008.

CUZZUOL, V.; FERREIRA, N.; MANÉIA, A. A perspectiva da responsabilidade socioambiental nas instituições de ensino superior. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, 2012.

FREY, K.; GARCIAS, C. M.; ROSA, A. Agenda 21 local – uma ferramenta de gestão ambiental participativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL, 23., Campo Grande, 2005. **Anais...** ABES: Campo Grande, 2005.

GIACOMET, D. L. Avaliação do desempenho ambiental do processo produtivo de uma indústria madeireira. 2008. 104 f. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Alínea, 2007.

LANG, J. Gestão ambiental: estudo das táticas de legitimação utilizadas nos relatórios da administração das empresas listadas no ISE. 2009. 124 f. **Dissertação** (Mestrado em Administração) - Universidade Regional de Blumenau, 2009.

LIMA, S. F. **Introdução ao conceito de sustentabilidade**: aplicabilidade e limites. Cadernos da Escola de Negócios da UniBrasil, v. 4, p. 20-24, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. 2013. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/logistica-reversa>> Acesso: 24 jun. 2013.

PEDRINI, A. de G. **Educação ambiental empresarial no Brasil**. São Carlos: Rima, 2008.

REZENDE, J. **Sustentabilidade governamental**. Instituto de Inovação e Sustentabilidade, 2012. Disponível em: <<http://www.inovarsustentavel.org/2012/03/sustentabilidade-governamental-por.html>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

RIBEIRO, M. A. **Ecologizar**: pensando o ambiente humano. Belo Horizonte: Rona Ed. 1998.

SCHWEIGERT, L. R. Plano diretor e sustentabilidade ambiental da cidade. **Dissertação** (Mestrado Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

SGARBI, V. S. et al. **Os jargões da sustentabilidade**: uma discussão a partir da produção científica nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 10., Porto Alegre, 2008. **Anais...** ENGEMA: Porto Alegre, 2008.

SILVA, D. da C. C. Sustentabilidade corporativa. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 6., Resende, 2009. **Anais...** SEGeT: Resende, 2009.

SOLVANG, W. D.; HAKAM, M. H. Sustainable logistics networks in sparsely populated areas. **Journal of Service Science & Management**, v. 3, p. 72-77, 2010.